

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 12 de Outubro, 2020 Número 11

Português

“RESPOSTA À COVID-19 COM CONTAS CERTAS”

Governo presta contas e sociedade civil pede mais informações sobre protecção social das pessoas vulneráveis



No âmbito da iniciativa “Resposta à Covid-19 com Contas Certas”, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) organizou na quinta-feira, 8 de Outubro, a primeira conferência que juntou representantes do Governo e de organizações da sociedade civil, com o objectivo de avaliar a coerência da resposta do Executivo à pandemia.

“Esta interacção directa entre a sociedade civil e o Governo não tem sido muito frequente no País. Acreditamos que estamos apenas a iniciar este importante processo de interacção. É um processo que promove transparência e responsabilização mútua: quer as organizações da sociedade civil quer os ministérios são depositários de recursos cujo dono e destinatário

final é o povo moçambicano. Os dois grupos são servidores, devem trabalhar como servidores, devem ser vistos e entendidos como servidores”, disse Graça Machel, Presidente da FDC.

A activista fez notar que a Covid-19 veio mostrar as fragilidades do sistema de saúde e de outros sectores. “Na educação vimos que é possível mobilizar recursos para prover água nas escolas. Mas isso temos que fazer todos os anos, temos capacidade humana para resolver isso. Não podemos ficar à espera de pandemias. Temos que mudar a maneira de trabalhar”. A activista defendeu que o momento que o País atravessa deve ser aproveitado para fazer uma reflexão profunda sobre a descentralização de recursos para as provinciais e distritos. “A gestão de recursos está muito centralizada ao nível dos ministérios”.

Um dos momentos mais importantes da conferência foi marcado pelas apresentações dos representantes do Governo, a começar, desde logo, pelo sector das Finanças. Falando em representação do Ministério da Economia e Finanças (MEF), Alfredo Mutombene fez saber que até Setembro os parceiros do Governo tinham desembolsado 452.349.359,39 dólares, dos 700 milhões de dólares solicitados pelo Governo para financiar a estratégia de resposta à Covid-19.

Do valor desembolsado, 236.598.258,64 dólares foram canalizados aos seguintes sectores: Ministério da Saúde (MISAU) - 81.619.978,93 dólares para prevenção e tratamento; Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) - 21.729.380,46 dólares para transferência às famílias; Banco Nacional de Investimentos (BNI) - 15.000.000,00 dólares para o apoio ao sector privado; e MEF - 118.248.899,25 dólares para compensar a perda da receita até Setembro. Em resposta às críticas sobre falta de abertura do sector

da Economia e Finanças para acolher as contribuições e propostas da sociedade civil, Alfredo Mutombene disse que o MEF está aberto a dialogar com todos e apontou para a plataforma de diálogo com o FMO como exemplo de um espaço institucionalizado. “As propostas aqui colocadas são, na sua maioria, de acolher”, disse.

O MISAU recebeu, até Setembro, 81.619.978,93 dólares, sendo 43.976.964,63 em numerário e 37. 643.014,44 em espécie. Do valor em numerário, 28.976.964,63 foram para as contas do ministério e o remanescente (15 milhões) foi disponibilizado através da Plataforma do Banco Mundial para pagamentos directos. O MISAU já usou 9.405.161,00 dólares para pagamentos de equipamentos de protecção individual, reagentes e consumíveis.

E dos 15 milhões disponibilizados via Banco Mundial, os documentos do MEF consultados pelo FMO indicam que foram utilizados 2.923.964,00, mas não está especificado onde foram aplicados. O valor remanescente, de cerca de 12 milhões de dólares, “está comprometido com contratos de empreitadas para melhoria e adequação do Hospital Geral da Polana Caniço, assim como para aquisição de equipamento de protecção individual, testes, equipamento de laboratório, reagentes e equipamento médico”, lê-se no relatório do MEF.

A representante do MISAU na conferência do FMO explicou que o dinheiro está a ser alocado em função das prioridades do momento, nomeadamente compra de testes de Covid-19, equipamento de protecção de profissionais, consumíveis e treinamento e melhoria das instalações hospitalares por forma a acomodar os doentes. “Os profissionais que atendem os doentes com Covid-19 não voltam para casa diariamente. Eles ficam hospedados num local com direito à alimentação. Isso também representa custos”, acrescentou a representante do MISAU.



Obras nas escolas secundárias iniciaram dias antes da retoma das aulas presenciais

O representante do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Milton Trindade, explicou que as medidas tomadas no sector de água, como a suspensão cortes por falta de pagamento, suspensão de emissão de multas por atraso de pagamento e restabelecimento de ligações, beneficiaram cerca de quatro (4) milhões de pessoas. Entretanto, Milton Trindade disse que as medidas adoptadas pelo Governo estão a causar enormes prejuízos às empresas de abastecimento de água.

“A ideia é relaxar as medidas porque não houve injeção de dinheiro e a situação financeira das empresas de água está a ficar muito preocupante. Há falta de liquidez para pagar despesas correntes, como energia. Os serviços de saneamento e abastecimento de água requerem uma injeção financeira para evitar o colapso das empresas públicas de água, incluindo algumas privadas, no valor de 2,8 mil milhões de meticais”, explicou.

Quanto ao trabalho em curso nas escolas secundárias e institutos para a criação de condições de higiene, Milton Trindade disse que as intervenções estão orçadas em 3,5

mil milhões de meticais e o valor já foi disponibilizado pelas Finanças. São 661 escolas secundárias, 26 institutos de formação de professores e técnicos e 148 lares e internatos, totalizando 829 instituições a beneficiar de intervenções no contexto de resposta à Covid-19.

Quanto à opção pelo regime de ajuste directo na contratação de empresas (25 lotes de empreitada e 12 de fiscalização), o representante do sector das Obras Públicas justificou que foi por questões de tempo. “As obras iniciaram em Setembro e o período de execução vai até Novembro. A realidade no terreno mostrou que temos de fazer mais construções do que reabilitações. Se tivéssemos optado por concurso público para a selecção de empresas, as obras só poderiam arrancar em 2021 e isso iria comprometer o calendário escolar”.

No processo de selecção de empresas, o sector das Obras Públicas convidou especialistas de construção civil para prestar assessoria sobretudo em questões técnicas. “A lista de empresas seleccionadas foi publicada no Jornal Notícias. Os processos foram aprovados pela Procuradoria e neste momento estão no Tribunal Administrativo”.

Contas do sector da Acção Social levantam dúvidas

Na componente protecção social, o MGCAS recebeu 21.729.380,46 dólares para transferência a 592.179 beneficiários existentes nos programas de protecção social (com subsídio adicional de três meses nos valores correspondentes a cada programa) e pagamento de aproximadamente 291.315 novos beneficiários, através de subsídio mensal de 1.500,00 meticais, durante seis (6) meses. O valor de protecção social foi canalizado directamente para a conta aberta em nome do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) junto do Banco de Moçambique. E para garantir maior celeridade e transparência nos pagamentos dos subsídios aos novos agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade, serão efectuados pagamentos electrónicos de dinheiro móvel.

Os mapas do MEF indicam que o INAS já executou 18.401.627,52 dólares, do total de 21.729.380,46 que recebeu, o que significa que só sobraram 3.327.752,94 dólares. Ora, em todo o País existem centenas de milhares de pessoas registadas que ainda não receberam a primeira prestação do subsídio de 9.000,00 meticais (1.500,00 meticais x 6 meses) que deverá ser pago em três prestações. Num contexto de falta de prestação de informação ao cidadão, a questão se coloca é quem beneficiou dos 18,4 milhões de dólares que o Governo, através do INAS, diz que já foram executados? Na conferência de quinta-feira, esteve presente o Secretário Permanente do MGCAS, mas ele recusou-se a partilhar informações detalhadas sobre a assistência social no âmbito da Covid-19, alegando que não estava preparado para o efeito.

“Organizações da sociedade civil disponíveis para colaborar em acções concretas”, João Mosca, do OMR

“É preciso destacar a importância e a disponibilidade das organizações da sociedade civil em colaborar com instituições públicas e privadas em acções concretas e diversificadas de combate à Covid-19. Além das funções de pesquisa, monitoria e advocacia, as organizações da sociedade civil estão disponíveis para serem parceiras em acções concretas, mantendo a independência e liberdade de pesquisa, de escrita e opinião, com respeito pela diversidade de opiniões. Por exemplo, não há nenhuma iniciativa de mobilização de recursos internos junto de empresas e cidadãos. Houve uma proposta de criação de um fundo de solidariedade, mas o Governo não respondeu. Propomos também a



criação de uma comissão económica para aconselhar o Governo - à semelhança da comissão técnico-científica, mas não tivemos resposta. Outro problema que notamos, apesar de ser

antigo, é a falta de coordenação entre as instituições económicas do Governo e o Banco de Moçambique. Não há alinhamento entre a política monetária e a política fiscal”.

“Depois da Covid-19, o que teremos como ganho”, Jorge Matine, do OCS

“A Saúde tem melhorado muito na partilha de informação, mas isso não se verifica em outros sectores. Falta informação sobre o impacto social das medidas tomadas pelo Governo. Isso é muito importante. Não houve transferência de fundos para o sector de transportes, um dos mais importantes no contexto da luta contra a Covid-19. Aquele sector não inovou, o risco continua lá, apesar do uso de máscaras. Os autocarros continuam a circular sobrelotados. Nos processos de ajuste directo, há critérios de transparência que devem ser usados. Por exemplo, há ministérios que se preocuparam em trabalhar com entidades que têm com conhecimento técnico para reforçar a transparência, supervisionando as obras. Mas, infelizmente, essa prática não está a ser replicada nos outros sectores. Vimos também que a dívida pública amentou nos países da região devido à Covid-19. Em Moçambique ninguém fala disso. É preciso saber até que ponto o dinheiro que chega para a Covid-19 não será maldição de recursos. O que vai ficar ou melhorar



em África como ganho depois da Covid-19? Teremos fábricas para produzir reagentes ou máscaras? Há países que dizem que conseguiram construir hospitais especializados durante a época de Covid-19.”

“Sector da educação não está a prestar informação aos cidadãos”, Paula Monjane, do CESC

“Nós defendemos o regresso seguro às aulas. Estamos preocupados porque o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano não presta informação sobre os processos em curso. Há um pequeno grupo que tem acesso privilegiado à informação, mas a maioria dos cidadãos não tem. Por exemplo, os cidadãos só ouviram falar das passagens automáticas para as classes sem exame, mas até aqui nenhum responsável apareceu para explicar publicamente o significado dessa medida. Os alunos



da 12ª classe já regressaram à escola, mas hoje estamos a saber que, afinal, as obras nas escolas começaram mais ou menos no mesmo período da retoma das aulas presenciais. Como sociedade civil, gostaríamos que os recursos

alocados ao sector da educação tornassem as escolas mais resilientes não só em relação ao novo normal provocado pela Covid-19, mas também em relação aos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas.”

Benilde Nhalivilo, ROSC

“Como é que a alocação de dinheiro no âmbito da resposta à Covid-19 aos diferentes sectores está a reflectir a situação da desnutrição crónica de crianças. Temos mais de 200 mil crianças que são chefes de família. Que tratamento o Governo está a dar a estas crianças que cuidam de outras crianças. Outro grupo prioritário são os idosos. Como é que o Governo está a olhar para essa questão. Há muitas famílias que perderam as suas fontes de rendimento devido à obrigatoriedade de ficar em casa. Será que essas pessoas estão a beneficiar de protecção social? Não basta dizer que o Governo está a distribuir dinheiro às famílias, é preciso indicar onde estão os beneficiários.”



Celeste Banze, CIP

“Nós estamos preocupados com o facto de o Governo ter optado por ajuste directo na contratação de empresas que estão a fazer obras nas escolas secundárias e institutos. Estamos a fazer uma investigação para ver se as empresas seleccionadas têm fortes ligações com o poder político. Outro assunto que nos preocupa tem que ver com o serviço da dívida pública com a China: só no primeiro trimestre do ano Moçambique pagou perto de 45 milhões de dólares em serviço da dívida com a China. Há países que estão a trabalhar no sentido de conseguir o reescalamento da dívida. Que esforço o Governo de Moçambique está a fazer para conseguir o reescalamento da dívida com a China?”



Ndzira de Deus, Fórum Mulher

“A violência contra mulher e criança que está a crescer e a tornar-se um problema de saúde pública. Infelizmente não vimos como é que os recursos alocados para a protecção social estão a ser usados ou direccionados para ajudar as vítimas a minimizarem o impacto da violência. Os recursos deviam ser canalizados para os grupos mais pobres e vulneráveis. Não somos ouvidos ou consultados sobre como resolver alguns problemas relacionados com mulheres e raparigas vítimas de violência doméstica. Que estratégias existem para ajudar aquelas mulheres que ganhavam a vida vendendo na rua? Sabemos que muitas passaram por situações muito difíceis e não temos informação sobre como é que os recursos alocados ajudaram para minimizar o seu sofrimento.”



Adriano Nuvunga, Coordenador do FMO

“Esta é uma conferência de prestação de contas. Estamos aqui para dialogar sobre a gestão dos recursos alocados no âmbito da Covid-19 e avaliar os resultados até aqui conseguidos. Esperamos que esta conferência seja o início de um processo de diálogo entre o FMO e o Governo de Moçambique. Não estão aqui para serem julgados, mas sim para dialogarmos”.



Membros do FMO



Parceiros de financiamento



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Emídio Beúla</p> <p> Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo +258 21 085 797 info@cddmoz.org www.cddmoz.org @CDD_Moz @CDDMoz @CDD_Moz </p>	<p> www.fmo.org.mz fmozambique@gmail.com FMO.Mozambique @FMO_Moz Youtube </p>